

8ª Edição - 2008

EXAME



C N A I



Prova específica para atuação na área de auditoria nas Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 20/2008

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação na área de auditoria nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. É suficiente que as publicações das demonstrações contábeis mensais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) sejam feitas da seguinte forma.**
 - a) Por afixação em quadro, em local de fácil visualização do público interessado, na sede da instituição, ou em revista especializada ou em boletim de informação e divulgação de entidade de classe.
 - b) Por afixação em quadro, em local de fácil visualização do público interessado, na sede da instituição, ou em revista especializada ou divulgada em meio alternativo de comunicação, de acesso geral, em sistema informatizado.
 - c) Em revista especializada ou boletim de informação e divulgação de entidade de classe ou divulgada em meio alternativo de comunicação, de acesso geral, em sistema informatizado.
 - d) Em revista especializada ou em boletim de informação e divulgação de entidade de classe ou divulgada em meio alternativo de comunicação, de acesso geral, em sistema radiofônico.

- 2. É vedado às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil adquirir bem não destinado ao próprio uso, salvo se recebido em liquidação de empréstimo de difícil ou duvidosa solução, o qual deverá ser vendido dentro do prazo regulamentar, contado da data do seu recebimento, caso não prorrogado pelo BCB, previsto em:**
 - a) seis meses.
 - b) um ano.
 - c) dois anos.
 - d) até o último dia do semestre posterior ao do recebimento do bem.

- 3. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar que, na subscrição do capital social inicial e nos aumentos de capital em dinheiro, é exigida, sempre, no ato, a realização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito, em moeda corrente. O remanescente, quando houver, deve ser obrigatoriamente integralizado, em moeda corrente, no prazo de:**

- a) três meses.
- b) seis meses.
- c) doze meses.
- d) dezoito meses.

4. A política de gerenciamento de risco operacional deve ser aprovada e revisada pela diretoria das instituições financeiras e pelo conselho de administração, se houver, no mínimo a cada:

- a) seis meses.
- b) doze meses.
- c) dezoito meses.
- d) vinte e quatro meses.

5. É vedado a todas as instituições financeiras autorizadas a operar pelo BCB:

- a) realizar operações que não atendam aos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos.
- b) instituir e administrar fundos de investimentos.
- c) realizar operações de redesconto.
- d) a concessão de empréstimos para fins de consumo.

6. É vedada às instituições financeiras privadas a concessão de empréstimos ou adiantamentos, de forma direta ou indireta, para:

- a) empresas ou entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Governo Federal e suas autarquias.
- b) empresas controladas, direta ou indiretamente, por sua controladora.
- c) empresas ou entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Governo Estadual, suas autarquias e demais entidades da administração indireta.
- d) empresas controladas por empresas de economia mista federal ou estadual.

7. As instituições financeiras podem contratar correspondentes no País para prestação de serviços bancários/financeiros e outros. Depende de prévia autorização do BCB a contratação dos serviços de:

- a) processamento de dados das operações pactuadas - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito.
- b) recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos - análise de crédito e cadastro.
- c) execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante - execução dos serviços de cobrança.
- d) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança - recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos a vista, a prazo e de poupança, bem como aplicações e resgates em fundos de investimentos.

8. Na realização de operações compromissadas, a base de cálculo para limites operacionais da instituição é:

- a) o total do ativo.
- b) o patrimônio de referência.
- c) o ativo permanente.
- d) o patrimônio líquido diminuído do ativo permanente.

9. Identifique os termos que tornam o período completo:

“O auditor independente deve elaborar os seguintes _____:

- de auditoria, expressando sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis e as respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação às Normas Contábeis emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;
- de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, evidenciando as deficiências identificadas;
- de _____ de dispositivos legais e regulamentares, que tenham ou possam vir a ter reflexos relevantes nas Demonstrações Contábeis ou nas operações da entidade auditada e demais relatórios requeridos pelo BCB”.

- a) “relatórios - descumprimento”.
- b) “informes - descumprimento”.
- c) “informes - cumprimento”.
- d) “relatórios - cumprimento”.

10. Marque a alternativa que está em desacordo com as normas do Banco Central do Brasil – BCB relacionadas ao comitê de auditoria das instituições financeiras.

- a) O comitê de auditoria deve reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria da instituição.
- b) O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil – BCB e do conselho de administração da instituição o relatório do comitê de auditoria pelo prazo mínimo de cinco anos contados de sua elaboração.
- c) Os conglomerados financeiros devem constituir comitês de auditoria próprios para cada uma das instituições que o compõem, para cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas na norma.
- d) A realização de auditoria independente nas instituições financeiras não exclui nem limita a ação supervisora exercida pelo Banco Central do Brasil – BCB.

11. Quanto ao comitê de auditoria, indique a alternativa incorreta.

- a) O número de integrantes, critérios de nomeação, de destituição e de remuneração, tempo de mandato e atribuições do comitê de auditoria devem estar expressos no estatuto ou no contrato social da instituição.
- b) A maioria dos integrantes do comitê de auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que os qualifiquem para a função.
- c) Na hipótese de mandato inferior, esse poderá ser renovado até o limite de 5 (cinco) anos mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil.
- d) É indelegável a função de integrante do comitê de auditoria.

12. As normas do CMN e BCB para o crédito ao consumidor estabelecem que o financiamento para aquisição de bens por sociedade de crédito, financiamento e investimento deve ter por garantia principal a alienação fiduciária do bem objeto da transação, podendo ser dispensada desde que, cumulativamente:

- a) o bem objeto do financiamento concedido seja veículo automotor – haja informações cadastrais atualizadas que amparem satisfatoriamente a concessão do crédito.
- b) haja constituição de garantias substitutivas adequadas ao risco da operação – o bem objeto do financiamento concedido seja veículo automotor.
- c) o beneficiário seja pessoa física e haja informações cadastrais atualizadas que amparem satisfatoriamente a concessão do crédito bem como constituição de garantias substitutivas adequadas à concessão do crédito.
- d) haja informações cadastrais atualizadas que amparem satisfatoriamente a concessão do crédito.

13. Em relação à carteira de operações de crédito de instituição financeira, o auditor independente deve:

- a) determinar a reclassificação das operações com base nos critérios estabelecidos no COSIF, nos níveis de risco apresentados antes.
- b) elaborar relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações contábeis.
- c) alterar os critérios de classificação de créditos, de contabilização e de constituição de provisões.
- d) determinar o provisionamento adicional, em função da responsabilidade do devedor junto ao SFN.

14. No caso de um banco efetuar a reclassificação de um crédito relativo a empréstimo, do nível de risco C para o B, em dezembro de 200X, na forma regulamentar, qual é o reflexo em seu balanço patrimonial ao final do mesmo mês?

- a) Aumento de seu Ativo e aumento de seu Patrimônio Líquido.
- b) Aumento de seu Ativo e aumento de seu Passivo.
- c) Diminuição do seu Ativo e diminuição de seu Passivo.
- d) Diminuição de seu Ativo e aumento de seu Passivo.

15. Da totalidade dos lucros apurados na avaliação de investimentos em sociedades coligadas ou controladas e em dependências, localizados no exterior, a parcela efetivamente ingressada no país ou capitalizada no exterior obriga que seja:

- a) baixada da conta específica de Investimentos no Exterior e apropriada diretamente na receita do exercício do ingresso.
- b) revertida de Outras Reservas de Capital para Lucros ou Prejuízos Acumulados, podendo compor a base para distribuição de participações e dividendos.
- c) revertida de Lucros e Prejuízos Acumulados para Dividendos e Bonificações a Pagar.
- d) revertida de Reservas de Lucros a Realizar para Lucros ou Prejuízos Acumulados, podendo compor a base para distribuição de participações e dividendos.

16. O Banco ABC deferiu, firmou contrato e liberou o crédito de operação para cliente que adquiriu um veículo, correspondente ao valor de R\$ 20.000,00, em 30/04/x7. O resgate foi pactuado em 20 prestações mensais por R\$ 1.500,00, sempre no mesmo dia de assinatura do contrato. Considerando que os resgates tenham ocorrido como previsto, no balanço de 30/06/x7, esta operação contribui nos saldos contábeis das contas com os valores (considerando a apropriação de juros pro rata na forma linear, mensalmente):

- a) Financiamentos com R\$ 18.000,00 e Rendas de Financiamentos com R\$ 1.000,00.
- b) Empréstimos com R\$ 27.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$ 1.000,00.
- c) Financiamentos com R\$ 27.000,00 e Rendas de Financiamentos com R\$ 1.000,00.
- d) Empréstimos com R\$ 18.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$ 1.000,00.

17. Uma empresa efetua, em 01 de março de 2007, uma operação de desconto de duplicatas em um Banco Comercial, no valor de R\$ 180.000,00, cujo resgate é previsto em três parcelas iguais no valor de R\$ 60.000,00 cada, nos prazos de 30, 60 e 90 dias. Considerando a taxa pactuada de 2,4% ao mês, calculada linear e mensalmente, e que a operação ocorreu sem problemas, no balancete patrimonial de 30 de abril de 2007 do banco, os valores constantes como saldo da conta analítica representativa deste ativo e da correspondente receita já apropriada, respectivamente, são:

- a) Títulos Descontados com R\$ 115.680,00 e Rendas de Títulos Descontados com R\$ 4.320,00.
- b) Empréstimo com R\$ 58.560,00 e Rendas de Empréstimos com R\$ 7.200,00.
- c) Financiamentos com R\$ 118.560,00 e Rendas de Financiamentos R\$ 7.200,00.
- d) Títulos Descontados com R\$ 58.560,00 e Rendas com Títulos Descontados R\$ 7.200,00.

18. Marque a alternativa que representa o prazo máximo para o auditor independente comunicar ao Banco Central do Brasil as fraudes e erros identificadas durante o seu trabalho de auditoria em Administradora de Consórcio.

- a) três dias.
- b) dez dias.
- c) quinze dias.
- d) vinte dias.

19. Indique a opção incorreta. Nas administradoras de consórcio a atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos e deve ser observado:

- a) por unidade específica da própria administradora, subordinada aos membros de sua diretoria ou aos seus sócios-gerentes.
- b) pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que está filiada a administradora, devendo o responsável reportar-se aos membros da diretoria ou aos sócios-gerentes da mesma.
- c) obrigatório em administradoras que a partir de 31 de dezembro de 2001, inclusive, apresentem patrimônio líquido superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- d) pelo auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da administradora.

20. O sistema de controles internos preconizado pelas Resoluções CMN nº 2.554/98 e 3.056/02 deve ser periodicamente revisado e atualizado, de forma que sejam a ele incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou ainda não abordados, e suas disposições devem ser acessíveis a todos os funcionários da instituição de forma a assegurar que sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, sempre prevendo que na instituição efetivamente ocorra, entre outros:

- a) definição de responsabilidades – segregação de atividades – meios de identificação e avaliação de ameaças internas e externas aos objetivos institucionais.
- b) segregação de atividades - abertura de créditos a clientes – testes periódicos de segurança para os sistemas de informação.
- c) meios de identificação e avaliação de ameaças internas e externas aos objetivos institucionais - testes periódicos de segurança para os sistemas de informação – operações compromissadas com títulos de renda fixa.
- d) acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, sua avaliação em termos de objetivos da instituição e aderência aos limites e demais requisitos legais e regulamentares – segregação de atividades – captação de recursos.

21. A Resolução CMN N°. 3.380/06 determina às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Entre as opções abaixo, indique aquela que inclui eventos que não representam risco operacional considerando-se a definição constante da mencionada resolução.

- a) Fraudes internas e externas, e danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição.
- b) Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, e ou que acarretem a interrupção das atividades da instituição.
- c) Falhas em sistemas de tecnologia da informação, e ou na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição.
- d) Elaboração de planos de contingências contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional.

22. Os sistemas de controles internos implantados e implementados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as determinações da Resolução CMN N°. 2.554/98, devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou anteriormente não abordados. Os resultados destas revisões serão objeto de relatórios que deverão, exceto:

- a) conter as conclusões dos exames efetuados, as recomendações a respeito de eventuais deficiências e o estabelecimento de cronograma de saneamento destas, quando for o caso.
- b) informar a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.
- c) submeter ao conselho de administração ou, na falta deste, à diretoria, bem como à auditoria externa da instituição, as conclusões, recomendações e manifestações dos responsáveis pelas correspondentes áreas.
- d) ser, no mínimo anuais, e encaminhados ao Banco Central do Brasil no prazo de 30 dias a contar da data da sua emissão.

23. De acordo com as determinações contidas na Resolução CMN N°. 3.198/04, marque a alternativa incorreta relacionada ao funcionamento e atribuições dos comitês de auditoria das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- a) Estabelecem as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração ou, na sua inexistência, pela diretoria da instituição, formalizadas, por escrito, e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou quotistas.
- b) Recomendam, à administração da instituição, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário.
- c) Estabelecem e divulgam procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.
- d) Podem ser extintos desde que a decisão seja aprovada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos acionistas ou quotistas da instituição, reunidos em assembléia geral extraordinária convocada exclusivamente para a discussão e votação deste assunto.

24. São condições básicas para integrar comitê de auditoria das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com ações negociadas em bolsa, exceto:

- a) não ser, ou ter sido nos últimos doze meses, diretor da instituição ou de suas ligadas.
- b) não ser, ou ter sido nos últimos doze meses, funcionário da instituição ou de suas ligadas.
- c) não ser, ou ter sido nos últimos doze meses, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor, ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição.
- d) ser membro efetivo do conselho fiscal da instituição ou de suas ligadas.

25. Segundo dispõe a Resolução CMN nº. 3477/07, constituem atribuições da ouvidoria receber e formalizar as reclamações dos clientes e usuários da instituição, não resolvidos pelo sistema de atendimento operacional, prestando os esclarecimentos necessários e informando acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas. Para tanto, a norma estabeleceu um prazo máximo de resposta final ao reclamante, que não pode ultrapassar:

- a) sessenta dias.
- b) trinta dias.
- c) dez dias.
- d) quinze dias.

26. Para efeitos das normas do BCB decorrentes das disposições legais da Lei nº. 9.613/98, relativas a procedimentos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, são clientes brasileiros considerados pessoas politicamente expostas, exceto:

- a) todos os detentores de mandatos eletivos do Poder Legislativo da União.
- b) todos os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais superiores.
- c) todos os detentores de mandatos eletivos do Poder Executivo da União.
- d) todos os detentores de mandatos eletivos do Poder Legislativo dos Estados e Municípios.

27. Indique a alternativa correta. Considera-se o Arrendamento Mercantil Operacional a modalidade em que:

- a) as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplem o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes a sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do custo do bem.
- b) o prazo contratual seja inferior a 90% (noventa por cento) do prazo de vida útil econômica do bem.
- c) o preço para o exercício da opção de compra seja até 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do bem arrendado.
- d) haja previsão de pagamento de valor residual garantido.

28. Indique a alternativa incorreta.

- a) A cessão de contratos de arrendamento mercantil, bem como os direitos creditórios deles decorrentes, a entidades domiciliadas no exterior depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil.
- b) A operação de arrendamento mercantil será considerada como de compra e venda a prestação se a opção de compra for exercida antes de decorrido o respectivo prazo mínimo estabelecido em norma do Banco Central do Brasil.
- c) Não é permitido à entidade arrendadora, nas hipóteses de devolução ou recuperação dos bens arrendados alienar ou arrendar a terceiros os referidos bens.
- d) Conservar os bens em seu ativo imobilizado, nas hipóteses de devolução ou recuperação de bens arrendados, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

29. Indique a alternativa incorreta.

- a) As ouvidorias dos bancos de investimento, das sociedades de crédito ao microempreendedor, dos bancos de desenvolvimento, das agências de fomento e das companhias hipotecárias que não façam parte de conglomerado financeiro podem firmar convênio com a associação de classe a que sejam afiliadas as mencionadas instituições, para utilização de serviço de atendimento e assessoramento.
- b) É vedada às instituições que fazem parte de conglomerado financeiro instituir componente organizacional único que atuará em nome de todos os integrantes do grupo.
- c) As ouvidorias das cooperativas de crédito singulares podem firmar convênio com a cooperativa central de crédito à qual seja afiliada, para utilização de serviço de atendimento e assessoramento.
- d) Não há vedação a que o diretor responsável pela ouvidoria desempenhe outras funções na instituição, exceto a de diretor de administração de recursos de terceiros.

30. Assinale a alternativa incorreta.

- a) É competência do Conselho Monetário Nacional expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras, tendo sido tal competência delegada ao Banco Central do Brasil.
- b) O simples registro contábil não constitui elemento suficientemente comprobatório, devendo a escrituração ser fundamentada em comprovantes hábeis para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos. No caso de lançamento via processamento de dados, tais como saques em caixa eletrônico, operações on line e lançamentos fita a fita, a comprovação faz-se mediante listagens extraídas dos registros em arquivos magnéticos.
- c) A existência de eventuais consultas sobre a interpretação de normas regulamentares vigentes, ou até mesmo sugestões para o reexame de determinado assunto, exime a instituição interessada do seu cumprimento.
- d) O exercício social tem duração de um ano e a data de seu término, 31 de dezembro, deve ser fixada no estatuto ou contrato social.

31. Com referência às operações com correção cambial, identifique a alternativa incorreta.

- a) As operações ativas e passivas contratadas com cláusula de reajuste cambial contabilizam-se pelo seu contravalor em moeda nacional, principal da operação, a débito ou a crédito das contas que as registrem, ajustadas, mensalmente, pelos valores decorrentes de variações cambiais, calculados com base na taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, de acordo com as disposições contratuais, fixadas pelo BCB, para fins de balancetes e balanços, bem como os juros do período.

- b) As rendas e os encargos dessas operações, inclusive o imposto de renda, são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, conforme o caso, em razão da fluência de seus prazos, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.
- c) A apropriação das rendas e dos encargos mensais dessas operações faz-se sempre mediante a utilização do método exponencial.
- d) As rendas e os encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação devem ser apropriados dentro do próprio mês, pro rata temporis, considerando o número de dias decorridos.

32. Nos processos de incorporação, fusão ou cisão que envolvam instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB e administradoras de consórcio, deve ser observado, além de outras exigências legais e regulamentares, as que seguem, exceto:

- a) As sociedades envolvidas devem elaborar balancete patrimonial, na data-base, devidamente transcrito no Livro Diário ou Balancetes Diários e Balanços, acompanhado do respectivo parecer da auditoria externa.
- b) Quando a data-base coincidir com o encerramento do mês ou do semestre, devem ser observados os procedimentos normais de publicação e remessa das demonstrações financeiras ao BCB.
- c) A data-base é aquela que for escolhida, individualmente por cada uma das sociedades envolvidas, para levantamento e avaliação patrimonial, bem como para fins de definição do (i) estabelecimento da relação de substituição das ações ou quotas das empresas envolvidas, (ii) aumento de capital e sua forma de integralização, quando for o caso.
- d) As notas explicativas às demonstrações contábeis relacionadas ao processo de incorporação, fusão ou cisão, devem conter, entre outras informações, o detalhamento da composição dos passivos e das contingências passivas não contabilizadas a serem assumidas pela companhia resultante da operação, na qualidade de sucessora legal.

33. Na valorização da carteira de títulos e valores mobiliários das instituições financeiras devem ser observados os procedimentos abaixo, conforme consta das normas do BCB, exceto:

- a) Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários devem ser computados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que forem classificados (para negociação, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento).

- b) Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.
- c) Os ganhos e perdas não realizados, registrados em conta destacada do patrimônio líquido, devem ser transferidos para o resultado do exercício quando da venda definitiva dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.
- d) Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

34. No registro das operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria pelas instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e administradoras de consórcios, devem ser observados os seguintes procedimentos, exceto:

- a) Operações a termo – deve ser registrado, na data da operação, o valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito em subtítulo retificador de uso interno da adequada conta de ativo ou passivo, reconhecendo as receitas e despesas em razão do prazo de fluência dos contratos, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.
- b) Operações com opções – deve ser registrado, na data da operação, o valor dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando então deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício, conforme o caso.
- c) Operações de futuro – deve ser registrado o valor de mercado dos títulos, acrescido dos ajustes diários, na adequada conta de ativo ou passivo, devendo ser apropriados como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.
- d) Operações de swap – deve ser registrado o diferencial a receber ou a pagar na adequada conta de ativo ou passivo, devendo ser apropriado como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

35. As operações com instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Para fins desta avaliação, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da instituição e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em suas mesas de operação, podendo ser utilizado como parâmetro, exceto:

- a) o preço médio de negociação representativa no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação representativa no dia útil anterior.
- b) o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.
- c) o valor líquido provável de realização obtido com base no custo de aquisição.
- d) o valor do ajuste diário no caso das operações realizadas no mercado futuro.

36. Assinale a afirmativa incorreta.

- a) Carteira Própria Bancada é representada pelos títulos que permanecem em estoque, oriundos de compras definitivas ou recompras, registrados em Títulos de Renda Fixa.
- b) Carteira Própria Financiada é composta pelos títulos com compromissos de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria da instituição vinculados ao mercado aberto, registrados em Títulos de Renda Fixa – Vinculados a Recompras.
- c) Carteira de Terceiros Bancada é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompras, registrados em Revendas a Liquidar – Posição Bancada.
- d) Carteira de Terceiros Financiada compreende os títulos adquiridos com compromisso de recompra, isto é, comprados com compromisso de revenda, registrados em Recompras a Liquidar – Posição Financiada.

37. Quanto à atuação do auditor independente, indique a resposta incorreta.

- a) O auditor independente deve elaborar relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação dos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras.

- b) É vedado o pagamento de honorários e reembolso de despesas do auditor independente, relativos ao ano-base das demonstrações contábeis objeto de auditoria, pela entidade auditada, isoladamente, ou em conjunto com suas ligadas, com representatividade igual ou superior a 10% (dez por cento) do faturamento total do auditor independente.
- c) É vedada a contratação e a manutenção de auditor independente por parte das instituições, das câmaras e dos prestadores de serviços, caso fique configurada a existência de operação ativa ou passiva junto à entidade auditada ou suas ligadas, inclusive por meio de fundos de investimento por elas administradas, de responsabilidade ou com garantia do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição.
- d) A realização de auditoria independente nas instituições, câmaras ou prestadores de serviços não exclui nem limita a ação supervisora exercida pelo Banco Central do Brasil.

38. O Banco XYZ, em 30 de abril de 2007, contratou com uma Sociedade por Ações do segmento industrial o financiamento de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 10.000.000,00. A operação foi realizada na modalidade de pós-fixada, indexada a TR e mais 2,0% ao mês-calendário, no prazo de 12 (doze) meses, para pagamentos mensais e com 6 (seis) meses de carência. Considerando que a TR tenha se comportado de forma constante no período, a uma taxa de 0,25% ao mês, quais os valores relativos a esta operação que constam no balancete de 30 de junho de 2007, nas contas do ativo e dos resultados (desconsiderando os centavos)?

- a) Empréstimos R\$ 10.691.868,00 e rendas de empréstimos R\$ 691.868,00.
- b) Empréstimos R\$ 10.456.085,00 e rendas de empréstimos R\$ 456.085,00.
- c) Financiamentos R\$10.691.868,00 e rendas de financiamentos de R\$ 691.868,00.
- d) Financiamentos R\$ 10.456.085,00 e rendas de financiamentos de R\$ 456.085,00.

39. Operações de swap são aquelas realizadas para liquidação em data futura que impliquem na troca de resultados financeiros decorrentes da aplicação, sobre valores ativos e passivos, de taxas ou índices utilizados como referenciais. Com relação a esta operação, indique a afirmativa incorreta.

- a) As operações de swap não poderão ser realizadas em mercado de balcão.
- b) Para efeito de operações de swap, os preços de ações, ouro e de mercadorias devem ser aqueles praticados em ambiente de negociação autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários ou apurados como referenciais por meio de metodologia previamente aprovada pelos órgãos reguladores.
- c) Os índices de preços mencionados nas operações de swap devem ter série regularmente calculada e ser de conhecimento público.
- d) As operações de swap devem ser obrigatoriamente registradas em sistema administrado pelas bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros ou por entidades devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

40. Na avaliação e apropriação contábil de operações com Taxas Pós-fixadas ou Flutuantes, indique a alternativa incorreta.

- a) As operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.
- b) As rendas e os encargos decorrentes de operações com taxas pós-fixadas e flutuantes são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, conforme o caso, em razão da fluência de seus prazos, não se admitindo a apropriação em períodos inferiores a um mês.
- c) Em operações com taxa pós-fixadas ou flutuantes as rendas e os encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação da operação devem ser apropriados dentro do próprio mês, pro rata temporis, considerando-se o número de dias corridos.
- d) A apropriação de rendas e dos encargos mensais dessas operações faz-se mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples, segundo o indexador utilizado para correção do mês seguinte em relação ao mês corrente, pro rata temporis no caso de operações com taxas pós-fixadas, ou com observância às taxas contratadas, no caso de operações com encargos flutuantes.

41. Quando da realização da auditoria do balanço de 31 de dezembro de 2007 do Banco XYZ, foi considerada errônea a classificação de títulos e valores mobiliários – TVM e instrumentos financeiros derivativos, onde títulos mobiliários “para negociação”, de valor relevante, foram classificados como “títulos disponíveis para venda”. Os referidos títulos, pela “avaliação de mercado”, geraram uma desvalorização, de valor considerado significativo, devidamente contabilizada e constante do balanço em questão. Indique qual o procedimento deve o auditor adotar diante desta circunstância.

- a) Recomendar o ajuste do valor a débito da conta Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos anteriormente creditada, para crédito em adequada conta de receita operacional.
- b) Recomendar o ajuste do valor a débito da conta de despesa operacional, para crédito em adequada conta de despesas a apropriar anteriormente creditada.
- c) Recomendar o ajuste do valor a débito da adequada conta de despesa operacional, para crédito na conta de Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos anteriormente debitada.
- d) Recomendar a evidenciação da classificação dos TVM em notas explicativas em valores adequados e em contas de compensação, não sendo necessário quaisquer ajustes em contas patrimoniais e de resultados.

42. As operações destinadas à proteção de risco de mercado (hedge de risco de mercado), os instrumentos financeiros derivativos e os respectivos itens objeto de hedge devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo nos balancetes e balanços, observado, entre outros, o seguinte procedimento de ordem contábil.

- a) A valorização ou desvalorização deve ser registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- b) A valorização ou desvalorização deve ser registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida de efeitos tributários.
- c) A valorização deve ser registrada em adequada conta de receita e a desvalorização em destacada conta do patrimônio líquido, deduzida de efeitos tributários.
- d) A valorização deve ser registrada em destacada conta do patrimônio líquido, deduzida de efeitos tributários e a desvalorização em adequada conta de despesa.

43. As instituições públicas federais são isentas do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre depósitos à vista, exceto quanto a:

- a) Depósitos à vista captados da administração pública federal direta.
- b) Depósitos à vista captados da administração pública federal direta e das autarquias federais.
- c) Depósitos à vista captados da administração pública federal direta, das autarquias federais e das sociedades de economia mista de controle majoritário da União Federal.
- d) Depósitos à vista captados dos órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e do distrito federal.

44. A constituição de órgão estatutário denominado “comitê de auditoria” é obrigatória para as instituições mencionadas no art. 1º da Resolução CMN nº 3.198/04 que tenham apresentado patrimônio de referência (PR) ou administrem recursos de terceiros em montante igual ou superior a 1 bilhão de reais ou que o somatório das captações de depósitos e de administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a 5 bilhões de reais. Quaisquer destes parâmetros podem ser atingidos por uma instituição. Quando a referida obrigatoriedade de constituição do comitê fica configurada, segundo as normas regulamentares do CMN?

- a) Quando atingido qualquer um dos parâmetros no encerramento de demonstração contábil semestral.
- b) Quando atingido qualquer um dos parâmetros citados no encerramento dos dois últimos exercícios sociais.

- c) Quando atingido qualquer um dos parâmetros citados no encerramento dos três últimos exercícios.
- d) Quando atingido qualquer um dos parâmetros citados no encerramento do último exercício.

45. O CMN, mediante da Resolução nº. 3.535/08, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas, determinou que as instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem observar as normas contidas na NPC nº. 22 do IBRACON, exceto quando:

- a) contingência passiva classificada como provável e cuja mensuração do seu valor seja considerada com suficiente segurança, deve ser provisionada.
- b) contingência passiva classificada como provável e cuja mensuração do seu valor seja considerada sem a suficiente segurança, deve ser divulgada.
- c) houver questionamento da legitimidade de um passivo contingente para o qual tenha sido constituída provisão e, também, exista valor depositado em juízo, cujo resgate somente ocorra por desfecho favorável do processo, deverá ser o depósito apresentado deduzindo do passivo.
- d) a contingência passiva é classificada como de possível probabilidade de ocorrência, o tratamento regulamentar é divulgar como passivo contingente em nota explicativa das demonstrações contábeis.

46. O Banco Central do Brasil, por meio de normas específicas, determina regras para avaliação e contabilização nas operações com aplicação em ouro. Entre as alternativas abaixo, indique a que está em desacordo com as normas.

- a) As aquisições de ouro no mercado físico registram-se em Aplicações Temporárias em Ouro pelo custo total, em subtítulos de uso interno que identifiquem suas características de quantidade, procedência e qualidade.
- b) O saldo das aplicações em ouro físico ou certificado de custódia de ouro e o saldo dos contratos de mútuo de ouro, por ocasião dos balancetes e balanços, devem ser ajustados com base no valor de custo ou de mercado, o que for menor.
- c) As despesas de transporte, custódia, refino, chancela, impostos e outras inerentes ao ciclo operacional de negociação do ouro, bem como de corretagem, devem ser agregadas ao custo.
- d) A instituição financeira deve providenciar a conferência periódica do estoque de ouro, pelo menos por ocasião dos balancetes e balanços, devendo o respectivo termo de conferência, devidamente autenticado, ser arquivados para posteriores averiguações.

47. As instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central, bem como os agentes autorizados a operar com câmbio, devem considerar as normas regulamentares abaixo, exceto:

- a) O adiantamento sobre contrato de câmbio constitui antecipação parcial ou total por conta do preço em moeda nacional da moeda estrangeira comprada para entrega futura, podendo ser concedido a qualquer tempo, a critério das partes.
- b) A posição de câmbio é representada pelo saldo das operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro - instrumento cambial), registradas no Sisbacen.
- c) Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio devem desenvolver mecanismos que permitam evitar a prática de operações que configure artifício que objetive burlar os instrumentos de identificação, de limitação de valores e de cadastramento de clientes, previstos na regulamentação.
- d) É vedado às pessoas físicas comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, observada a legalidade da transação, inclusive de ordem tributária, tendo como base a fundamentação econômica das operações e as responsabilidades definidas na respectiva documentação.

48. As operações de câmbio interbancárias a termo têm, entre outras, a seguinte característica:

- a) A taxa de câmbio é livremente pactuada entre as partes e deve espelhar o preço negociado da moeda estrangeira para a data da liquidação da operação de câmbio.
- b) São codificadas livremente.
- c) São celebradas para liquidação à vista, com entrega efetiva das moedas, nacional e estrangeira, na data da liquidação das operações de câmbio.
- d) São admitidos adiantamentos das moedas até o limite de 50% do valor da operação.

49. Na elaboração de demonstrações contábeis de instituições financeiras em liquidação extrajudicial, os bens do ativo devem ser avaliados a valor de mercado, sendo os efeitos deste procedimento reconhecidos:

- a) no patrimônio líquido, os ganhos de capital não realizados.
- b) no caso de ganhos, imediatamente no resultado do período.
- c) no caso de perdas, no patrimônio líquido.
- d) no resultado do período, no caso de ganhos e perdas.

50. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter sistemas de controles internos e de controle e gerenciamento de riscos, sendo que para dois tipos de riscos a estrutura de controle e gerenciamento deve ser específica e segregada das unidades de negociação e de auditoria interna. Entre as alternativas abaixo, identifique aquela que apresenta os dois riscos que devem ter estrutura segregada para controle e gerenciamento.

- a) Risco de Liquidez – Risco Operacional.
- b) Risco Operacional – Risco de Mercado.
- c) Risco de Mercado – Controles Internos.
- d) Controles Internos – Risco de Liquidez.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. De acordo com a Circular BCB nº. 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração da instituição financeira em três categorias. Comente as características de cada categoria.
52. Discorra sobre o que deve conter no planejamento da avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos e de descumprimento de disposições legais e regulamentares previstos no COSIF e demais normas do BCB.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>